

Estados falhados? Discursos da colonialidade

FABRICE SCHURMANS

Ao estudar representações literárias do objeto Estado pós-colonial (Schurmans, 2014), deparei-me com a existência de um conjunto de bens simbólicos produzidos após as independências que remetiam as complexidades do Estado em questão para o fracasso, noção redutora com certeza, mas que permeia um número considerável de romances, ensaios, filmes, etc. Ou seja, quando se trata de abordar a noção de Estado pós-colonial, coloca-se de imediato uma questão de ordem epistemológica ou ainda de representação. Como Said mostrou para o Oriente e Mudimbe para a África negra, existe entre o sujeito e o seu objeto de estudo um vasto Texto *sempre já* presente, um conjunto de representações ideologicamente marcadas ou orientadas, a que o intelectual palestino chamava Orientalismo (Said, 1978) e o intelectual congolês Gnose (Mudimbe, 1988).¹ Ambos discriminaram e descreveram as genealogias do Orientalismo e da Gnose, o seu contexto epistemológico, as suas características discursivas e o seu conteúdo temático. Ambos se apresentam como incontornáveis para o estudo das representações do Sul enraizadas num certo Norte.

O que aqui me interessa particularmente é a existência de um Texto de cariz e conteúdo colonial que tem sido escrito depois das independências e que visa

¹Não será assim tão surpreendente o facto de muitos especialistas das Áfricas abrirem os seus textos com uma reflexão relativa à representação. Philippe Hugon, por exemplo, dedica as primeiras páginas da sua *Géopolitique de l'Afrique* a uma análise da representação do continente. Mesmo se for difícil desfazer-se da carga ideológica que acompanha os discursos ocidentais nesta matéria, é por aqui que é preciso começar: «A geopolítica da África começa por jogos de representação e de denominação mas igualmente de concetualização» (Hugon, 2006: 7).

explicitar as razões do suposto fracasso dos novos Estados.² Escolhi textos de Hélé Béji, Albert Memmi e Stephen Smith, entre muitos outros possíveis, porque, por um lado, se trata de autores com apreciável capital simbólico e, por outro lado, pelo facto de os seus ensaios serem emblemáticos relativamente a muitos dos preconceitos e estereótipos presentes num certo senso comum. A matriz é claramente colonial, mesmo quando se trata de textos contemporâneos, porque retomam, naturalizando-a, a conceção colonial do(s) Outro(s), com uma *nuance* porém: o racismo da pigmentação *quase* desaparece,³ substituído por um modo de classificação/exclusão mais subtil e mais pernicioso, o das diferenças entre culturas (Balibar e Wallerstein, 1997: 33). Tal deve-se, por um lado, aos múltiplos processos de resistência (afinal, o ser produzido e tido como inferior não só tinha a capacidade de resistir mas também de vencer) e às descobertas que invalidaram de vez as bases científicas do racismo. Perante esta situação inédita, tanto o Orientalismo como a Gnose só tinham uma alternativa: reproduzir o mesmo discurso ou tentar adaptar-se.

De acordo com Said, os dois termos não só se mantiveram como foram adotados por intelectuais oriundos do Sul (o autor reserva-lhes palavras muito duras na parte final de *Orientalism*), não o Sul como lugar de sofrimento e de luta para a emancipação, mas o Sul enquanto produto do império (Santos, 2000: 345). É essa reprodução do discurso por autores do Sul que me ocupa também nestas páginas. Se um Smith (2003) pode ser identificado como perpetuador do Texto que tem sido produzido no Norte no decorrer dos séculos, ainda que o sujeito a algumas adaptações, Béji (2008) e Memmi (2004) são claramente reconhecidos como intelectuais oriundos do Sul, dotados de um capital simbólico significativo adquirido na sua crítica ao colonialismo (no caso do segundo). A sua participação na reprodução do

² Este texto insere-se num trabalho mais amplo de interpretação da epistemologia colonial e da sua permanência após o fim formal do colonialismo (Schurmans, 2009; Schurmans, 2010a; Schurmans, 2010b).

³ A minha restrição «quase» deve-se ao facto de continuar a existir um discurso racista baseado na representação da cor dos Outros como marca de inferioridade. Entre os mais recentes «contribuidores» para a permanência da representação em questão, destaco James Watson, investigador americano, co-descobridor da estrutura do ADN, Prémio Nobel em 1962, que defendeu, na imprensa britânica, a inferioridade do homem negro por razões que teriam a ver com a genética: «Todas as nossas políticas sociais se baseiam no facto de a inteligência deles ser igual à nossa – enquanto todos os testes dizem que não é bem assim». As falácias deste investigador são facilmente reconhecíveis. Fala da existência de «testes», mas nunca específica, e, de maneira mais clássica, socorre-se das representações em vigor num certo senso comum. Assim, se admite que hoje muitos defendem a igualdade entre os seres humanos, «quem tem de lidar com empregados negros acha que isto não é verdade». (Milmo, 2007)

Texto e da ideologia que o sustenta, ainda que não constitua nenhuma novidade em termos de conteúdo – como mostrarei a seguir, entre Smith e Memmi existe uma comunidade ideológica bem como uma continuidade de conteúdo –, acrescenta uma dificuldade ao trabalho do analista pelo simples facto de serem eles a difundi-la: em nome da origem geográfica, podem ser facilmente recuperados por conservadores do Norte global a fim de fazer resvalar qualquer acusação de racismo.

Antes de examinar os três ensaios, parece-me necessário acrescentar ainda duas notas. Primeiro, é sabido que o Texto em questão se distingue não só pela sua diversidade (e.g. romances, relatos de viagens, ensaios teóricos) como pelo elevado número de ocorrências. Detenho-me aqui em escassos exemplos oriundos do mundo editorial de língua francesa, mas, como Said demonstrou (2004), neste caso a parte vale mesmo pelo todo, pois cada ocorrência funciona com recurso a um número reduzido de figuras e de representações *sempre já* disponíveis. No âmbito particular deste capítulo, o mais importante é a tomada de consciência de que o Texto se constituiu, através de um duplo processo de *iteração* e de *naturalização*, na realidade não só para figuras do campo intelectual como para grande parte do senso comum.

Em segundo lugar, se Said e Mudimbe se tornaram incontornáveis para a análise do Texto, dedicaram a sua atenção ao livro, qualquer que fosse a sua natureza. Por razões que têm a ver com a sua formação, com os seus hábitos de consumo cultural ou ainda, mais simplesmente, por pertencerem a uma geração mais ligada à escrita do que à imagem, deixaram de lado a importância desta para dar conta das razões da permanência e da naturalização do Texto. Pois este encontrou em novos suportes (e.g. cinema, séries televisivas, noticiários) meios inéditos de amplificação ideológica junto de um público alargado e não especializado. Devido ao seu sucesso popular, a análise de noticiários, tal como de filmes ou de séries televisivas, tornou-se tão necessária como a do texto literário. Um exemplo bastará para ilustrar a necessidade de analisar igualmente os suportes em questão.

O terramoto do Haiti em Janeiro de 2010 permitiu verificar não só a disponibilidade imediata do Texto como a facilidade com a qual este se adapta a contextos diferentes. Haiti não é África Central, mas tanto o conteúdo das ocorrências como as suas estratégias argumentativas são idênticos independentemente dos contextos, partindo do princípio, assumido mais ou menos abertamente, de uma comunidade/continuidade entre o continente e a ilha. Assim, o noticiário de 13 de Janeiro de 2010 (20h00) do principal canal público francês (*France2*) ilustra paradigmaticamente o funcionamento retórico do Texto: utiliza principalmente a comparação,

a oposição ou a antítese, a omissão (consciente ou não), a concessão momentânea, entre outras figuras.

A contextualização dura pouco menos de dois minutos (10'42 -> 12'27) e pretende esclarecer o recetor sobre a história do país. Para a localização, a reportagem recorre a um mapa oriundo do programa *Google maps* e a alguns planos da outra parte da ilha, São Domingos, país evocado com recurso ao estereótipo (vistas aéreas de praias, do mar turquesa): «Bem conhecido dos *tours operators*, primeiro destino turístico das Caraíbas». Acrescenta: «Ali as férias são agradáveis e o clima tropical». Como tentarei demonstrar na análise de Béji, Memmi e Smith, o Texto precisa, em muitas das suas ocorrências, de um comparado e de um termo de comparação, de um polo positivo ao qual contrapor o polo negativo da comparação (São Domingos vs. Haiti aqui, Japão vs. África para Smith, Europa vs. África para Béji e Memmi). Porém, é necessário ter em conta que a operação de redução da complexidade antecedeu a figura da comparação, pois o primeiro elemento é também o resultado de um processo de seleção/ocultação (São Domingos é produzido antes de mais como um lugar paradisíaco).

O segundo momento é o da oposição. A voz *off* aborda o Haiti com uma locução adverbial (*En revanche* – Em contrapartida) que induz o deslize espontâneo do telespectador de um polo para o outro: «Em contrapartida, o vizinho haitiano é um dos países mais pobres do planeta», comentário ilustrado por um plano de grande conjunto fixo de uma favela, ou pelo menos do que o senso comum ocidental associa a uma favela. Seguem-se dados sobre a pobreza no país (76% vive com menos de 1,30€ por dia, 2 milhões de pessoas «amontoam-se» em Port-au-Prince) com planos de anónimos que, pela associação imagem/comentário, devem funcionar como ilustração da situação social descrita (assim, temos um plano fixo de uma mulher e de uma criança a vender comida à beira de uma estrada com o que parece ser um esgoto a céu aberto em pano de fundo). Ter-se-á notado desde já que, à semelhança do Texto escrito, o noticiário não cita as suas fontes, afirma sem dar a possibilidade de confirmar ou rebater as suas asserções por parte do recetor.

À comparação/oposição geográfica e social segue-se outra que permite a articulação com outra figura, a da omissão, emblematicamente expressa em «e todavia tudo tinha começado bem». O país proclamara a sua independência em 1804, tornando-se a primeira república negra do mundo, adiciona o comentário sempre em *off*, com a aparição de um outro mapa, histórico desta vez, e de gravuras de casas locais, de personagens, acontecimentos. Estas servem ao mesmo tempo

de marcador temporal e de ilustração muda do comentário, pois nenhuma foi objeto de introdução e ainda menos de análise. O que vemos nas gravuras? Saberão os espetadores que a personagem filmada em plano aproximado ao peito é Toussaint-Louverture? Quem são os soldados brancos que afrontam os revoltados negros? Porquê um *zoom* ótico numa personagem que declama perante uma multidão? Se for para o evidenciar, porque não temos acesso à sua identidade, ao lugar onde fala, ao tema da declaração?

A omissão funciona aqui tanto ao nível da forma (as imagens mudas, o que mostra a inépcia do truísmo jornalístico que afirma que «uma imagem fala por si») como do conteúdo (o «tudo tinha começado bem» não encara certamente a presença colonial francesa nem a responsabilidade pós-colonial dos governos franceses sucessivos na instabilidade política que se seguiu à independência). O resto da história do país é reduzido a uma sucessão de golpes ou de tentativas de golpes e à rápida evocação das duas ditaduras Duvallier (pai e filho). O que permite ao jornalista concluir em *off*, com planos de jovens armados que deverão evocar para o senso comum os *gangs*, a criminalidade violenta: «Hoje em dia, a ilha vive ao ritmo das instabilidades políticas... Em 200 anos, a ilha afundou-se e perdeu os seus sonhos».

Se estes escassos dois minutos permitiram ao telespectador associar o Haiti a outras representações veiculadas pelos noticiários a propósito de parte do continente africano, omitiram, consciente ou inconscientemente, as responsabilidades respetivas do antigo poder colonial por um lado (França)⁴ e do poder neocolonial por outro lado (os Estados Unidos, que ocuparam de facto o Haiti de 1915 a 1934). O carácter lacónico da afirmação – «a ilha afundou-se e perdeu os seus sonhos» – remete ainda para o que o Texto contemporâneo diz do Estado pós-colonial, ou seja, que houve esperança mas que o desmoronamento tem sido geral desde as independências. Neste aspeto, a diferença de *locus* não parece significativa: as posições do Haiti e de qualquer outro país em guerra no continente africano são permutáveis. Na Ilha como no Continente, «Tout avait si bien commencé»...

Esta articulação entre o sonho atraído e o consecutivo insucesso permite voltar a Béji, Memmi e Smith, pois, para estes também, o ponto de partida é a

⁴ Neste caso, tratar-se-á possivelmente de um caso de manipulação consciente. Depois da contextualização, o pivô anuncia com um orgulho não dissimulado: «De qualquer maneira, desde há algumas horas o mundo mobiliza-se pelo Haiti, a começar pela França». Não se trata só de exonerar a França do seu passado como também de a apresentar como a salvação das vítimas da catástrofe.

constatação do fracasso do Estado pós-colonial e, à semelhança do que se verifica na reportagem analisada, as razões do fracasso recaem inteiramente sobre os autóctones. Antes de passar à análise dos três textos, é preciso evidenciar o capital simbólico apreciável de cada um dos autores. Stephen Smith, francês de origem norte-americana, era na altura da publicação do seu texto responsável pelo serviço África do jornal *Le Monde*, depois de ter ocupado funções semelhantes no *Libération* e de ter sido correspondente em África para a RFI e a agência Reuters. Em 2005, deixou as suas funções no diário francês para se dedicar ao ensino e ao jornalismo como independente. Como é sabido, Albert Memmi, escritor e ensaísta tunisino, foi um dos principais críticos do colonialismo (nomeadamente em *Portrait du colonisé, Portrait du colonisateur*). Por fim, Hélé Béji, antropóloga e ensaísta tunisina, é autora de vários livros e de artigos em revistas como *Le Débat* e *Esprit*, que, pelo seu prestígio, contribuem para o aumento do capital simbólico dos que ali publicam. Além disso, ainda do ponto de vista institucional, é de ter em conta que os três autores publicaram os ensaios em análise em editoras parisienses de renome: Hachette (Smith), Gallimard (Memmi) e Arléa (Béji). Do ponto de vista do recetor, o capital simbólico, tanto o dos autores como o das editoras, beneficia as obras em questão em termos de veracidade e de credibilidade. Como duvidar de um Smith que, por um lado, era – e continua a ser para muitos – «o» especialista do continente em órgãos respeitados do campo jornalístico francês, e, por outro lado, publica a sua *Negrologia* numa editora que também divulgou uma Aminata Traoré, ideologicamente situada nos antípodas do autor?

No entanto, estes três livros têm em comum não só perpetuar grande parte do Texto, tanto do ponto de vista do conteúdo como das suas características retóricas, como contribuir, à semelhança do Orientalismo, para a transformação do discurso em realidade. Ou seja, perpetuam a moldura estanque que, num mesmo gesto, enclausura o seu objeto no Texto e faz deste o referente para um certo senso comum ocidental. Tal como Said e Mudimbe postulam, o Texto em questão ou Gnose revela mais sobre um certo Ocidente e a sua maneira de (continuar a) olhar os outros do que sobre o objeto que pretende estudar:

Na sua variedade e contradição, os discursos discutem explicitamente os processos europeus de domesticação da África. Se estes discursos têm de ser identificados com alguma coisa, tem de ser com os sinais/signos intelectuais europeus e não com as culturas africanas. (Mudimbe, 1988: 67)

Um dos «signos» em questão reside em certos estilos e abordagens: sintaxe rápida, procura da expressão sedutora, crítica de superfície, poucas referências bibliográficas e quase nenhuma nota de rodapé. O que deveria, pelo tema, ser alvo de um exame aprofundado, torna-se numa acusação ou investigação em detrimento exclusivo de um sujeito reduzido ao seu esfarrapo de «descolonizado.» Assim, Smith começa com uma afirmação que vale como programa tanto do ponto de vista da forma como do conteúdo. O continente é encarado como um todo absurdo e sem sentido: “Ubuland” sem fronteiras, terra de massacres e de fomes, terra de morte para todas as esperanças» (Smith, 2003: 13). Logo a seguir, o autor acrescenta: «Porque morre a África? Porque se suicida». Aqui, como nos outros textos, a parte vale pelo todo e o todo pela parte (a metonímia e a sinédoque são as figuras dominantes), pois um traço observado algures é imediatamente objeto de um processo de generalização/amplificação. No passo seguinte, Memmi atribui todos os males do Estado pós-colonial não à sua matriz colonial, mas a uma espécie de atavismo, assim como às práticas políticas locais. Nenhum país é citado, nenhum estudo é invocado para conferir alguma pertinência ao que se transforma em julgamento de valor superficial:

Se o descolonizado ainda não é o cidadão livre de um país livre, é por continuar a ser o boneco impotente da antiga fatalidade. Se a economia falha, a política é inigualitária, a cultura fossilizada, é sempre por culpa do ex-colonizador; não por causa da sangria sistemática do produto nacional pelos novos senhores, nem da viscosidade da sua cultura que não consegue abrir-se ao presente e ao futuro. (Memmi, 2004: 44)

Neste extrato, o artigo definido («o descolonizado», «a política inigualitária»...) designa uma categoria geral que pretende abranger a complexidade das sociedades em questão. À semelhança do Texto orientalista, a principal característica estilística do Texto africanista reside na repetição infundável do mesmo; daí a utilização dos artigos definidos que reduzem a plurivocidade, a complexidade do real, a um enunciado onde o verbo ser (être), inserido numa estrutura sintática simples (num modo afirmativo ou negativo), se revela o código suficiente e necessário para entender a representação da África assim construída. Said notava que o Orientalismo não se escondia atrás de metáforas obscuras, que não desenvolvia estratégias argumentativas complexas: a ideologia jaz na superfície do discurso. Por outras palavras, o significado do Texto, orientalista ou africanista, não está escondido, mas imediatamente visível.

Se, no início do seu ensaio, Béji admite a responsabilidade, por um lado, do colonialismo e, por outro lado, das relações desiguais de poder entre Norte e Sul como justificações da situação difícil em que se encontra o Estado pós-colonial,⁵ é para em seguida atribuir a responsabilidade principal ao próprio «descolonizado». Fundamenta a sua observação numa espécie de traço ou de tendência inerente à psicologia do sujeito local:

Entre nós, não se nasce déspota, tornamo-nos déspotas. Em cada descolonizado dorme um pequeno déspota, e o chefe não passa da imagem deste amor despótico difuso em toda a população. [...] Cada descolonizado que acredita detestar o poder de facto idolatra-o, pois encontra aí uma proteção primitiva. Ama o poder não pelos sacrifícios que exige, mas por causa das vantagens que proporciona, e os opositores que o contestam na realidade cobiçam-no, com a esperança palpitante de obter para si todas essas mesmas vantagens. (Béji, 2008: 67-68)

Esta tendência para pintar em traços largos com recurso à generalização e à metonímia desemboca, por um lado, num inevitável prejuízo para o retratado e, por outro lado, na contradição. É disso exemplo Béji, que, antes de atribuir o despotismo a uma disposição do «descolonizado» para tal regime, insistira nas difíceis condições de vida da maior parte dos descolonizados e no desinteresse destes pelos assuntos políticos por causa da fome e das crises económicas, ou seja, o próprio autor afirmara a importância do contexto social para explicar a suposta falta de interesse pela política por parte do «descolonizado» (mais uma vez, a utilização do artigo definido dá a entender que se trata dos descolonizados no seu conjunto). Porém, logo em seguida, e sem transição discursiva, defende o oposto, a saber que no fundo, no seu ser íntimo, o descolonizado se interessa pela política por causa do poder. Esta contradição entre a responsabilidade do Estado pós-colonial e a do sujeito atravessa o ensaio, estruturando-o. É no sexto capítulo (*L'envers du décor*) que a contradição se revela mais claramente: o descolonizado gostaria do aparato do poder, mas não faria nada para melhorar o seu dia-a-dia. Viveria num contexto de sujidade e descalabro, mas não se esforçaria para remediar estes males, comentário que ganha alguma ironia no recente contexto da revolução tunisina:

⁵ É de notar que a autora nunca especifica a que tipo de Estado pós-colonial se refere no seu estudo (do Magrebe? Da África Central?).

Amamos as medalhas e as fitas oficiais, as guardas de honra, as cerimónias, a pompa, o candelabro, os aplausos, os cortejos, mas despejamos o lixo a céu aberto nas nossas ruas, e não nos dignamos a arranjar as nossas lâmpadas estragadas e os nossos passeios desfeitos. (Béji, 2004: 74)

Admite a seguir que a administração, ou seja, o Estado, talvez seja responsável por este caos, mas tal é dito *en passant* antes de continuar a retratar o «descolonizado» com desprezo. Este acumula os clichés *sempre já* disponíveis no Texto:

Que sociedade a não ser esta em que os vossos compatriotas vos envenenam a vida! A nossa regra de ouro? A falta de regra. O nosso princípio de solidariedade? Maltratar os outros antes que eles nos maltratem. O nosso patriotismo? Fazer tudo para tornar o país insuportável. A nossa coragem? Cultivar uma preguiça sem sonho e sem ilusão. A nossa inteligência? Roubar aos outros o que os nossos defeitos não nos permitiram obter. Algumas vezes, como que por milagre, uma alma ainda intacta arranja energia para fazer uma boa acção. (Béji, 2008: 78)

A anomia, a violência como modo de socialização, a preguiça e a consequente apetência pelo roubo fazem parte das representações *sempre já* disponíveis no Texto, que cada ocorrência retoma e atualiza em formulações que pouco divergem entre si. Em Béji, Memmi e Smith, o Texto evidencia uma característica central: a inútil citação de casos, de exemplos concretos, pois o ser «descolonizado» agrega por natureza os traços descritos. É uma representação do mundo, um sistema, que Said descreveu no contexto orientalista:

[A atitude orientalista] tem em comum com a magia e com a mitologia o carácter autocontido de um sistema fechado que se reforça a si mesmo, no qual os objectos são o que são *porque* são o que são, de uma vez e para sempre, por razões ontológicas que nenhum material empírico pode desalojar ou alterar. (Said, 2004: 81)

Neste contexto, Smith desmarca-se dos seus colegas unicamente por resvalar mais facilmente para a invetiva, como quando recupera uma imagem já muito usada no Texto: «Africanos massacram-se em massa, e até – e que nos desculpem – “devoram-se” entre si»⁶ (Smith, 2003: 24). O quadro fica completo com a reprodu-

⁶ No original, o verbo intransitivo «bouffer» pertence ao registo familiar e significa «comer sem maneiras». Na citação de Smith, torna a acusação de canibalismo ainda mais violenta.

ção do clichê de África como terra que nada de importante legou à humanidade. É a imagem utilizada para explicar o atraso de um continente: «que não inventou nem a roda nem o arado, que desconhecia a tração animal e tardou a praticar a irrigação [...]» (Smith, 2003: 24). À semelhança de Béji, o alvo é o homem medíocre, o homem do dia-a-dia, o anónimo, em suma o Homem negro, «que não corre o risco de se alienar num produtivismo à ocidental» (Smith, 2003: 57).⁷

Uma vez que este tipo de representações já foi suficientemente estudado (Mudimbe, Said, Castro Henriques), não se justifica prolongar a descrição da sua atualização em Béji, Memmi e Smith. Em tudo correspondem ao que Said notava das ideias associadas ao Islão no Texto orientalista: perentórias e auto-evidentes (Said, 2004: 82-83). Do ponto de vista retórico, os três textos utilizam muitas vezes a concessão momentânea ao adversário para melhor contra-atacar:

Sem dúvida, há uma origem colonial nesta situação, mas [...] (Memmi, 2004: 46)

A exploração da «África solidária» pelo «Ocidente ganancioso» é uma caricatura, ainda que o abuso de confiança exista e a desigualdade nas relações de força coloquem o continente negro numa posição de fraqueza prejudicial. Em contrapartida, a exploração dos africanos pelos africanos é uma realidade, marcada pelo tabu. (Smith, 2003: 58)

A concessão momentânea, como se vê nos exemplos citados, tem a ver com os papéis respetivos do colonialismo, do neocolonialismo e da globalização neoliberal no desenvolvimento e na manutenção de relações desiguais entre países do Sul e instituições do Norte (Banco Mundial, FMI, União Europeia). Os três autores minimizam a responsabilidade dos fenómenos em questão e dão mais destaque à psicologia coletiva, a uma cultura sem dinamismo, em suma, a um ser coletivo reduzido a uma essência sem outro conteúdo para lá da própria absurdidade.

Neste ponto, Béji, Memmi e Smith acompanham o discurso oficial francês sobre o passado colonial do país. No seu entretanto já famoso discurso de Dakar (2007), Nicolas Sarkozy também utilizava a concessão momentânea (o colonialismo

⁷No final de *Orientalism*, Said afirma que o racismo anti-árabe substituiu o anti-semitismo e o racismo contra os negros: «Isto porque, ao mesmo tempo que já não é possível escrever dissertações cultas (ou até populares) sobre a “mente negra” ou a “personalidade judia”, é perfeitamente possível dedicar-se a pesquisas sobre a “mente islâmica” ou o “carácter árabe” [...]» (Said, 2004: 308-309). A análise do Texto contemporâneo, sobretudo no contexto europeu, põe, porém, em questão esta afirmação do intelectual palestino.

cometeu crimes, mas não pode ser responsabilizado por todos os males). Esta retórica da concessão tem marcado o recente surto de discursos que se opõem à *repentance*, a suposta obsessão francesa pelo pedido de desculpas. Pascal Blanchard, reputado historiador da colonização francesa, analisou o dispositivo retórico em causa:

A nova linha oficial parece, assim, dual: reconhecimento das *exações e crimes* mais graves e simbólicos – repressão policial contra os militantes argelinos em Paris, no dia 17 de outubro de 1961; massacres do exército no Constantinois, em maio de 1945; repressão militar e policial em Madagáscar, em 1947; torturas pelo exército na Argélia, de 1956 a 1960... – e afirmação dos benefícios do projeto colonial, benefícios derivados dos objetivos generosos do projeto colonial, ou seja *da missão civilizadora*. (Blanchard, 2007: 37)

Em Béji, Memmi e Smith, o termo europeu da comparação está constantemente presente e sempre associado ao polo positivo, enquanto «o descolonizado» é construído no seu oposto, polo da negatividade absoluta. O mesmo Memmi que, nos anos 50, tinha analisado com justeza as características da situação colonial, afirma o seguinte meio século depois:

Mesmo no passado, seja quais forem as suas responsabilidades, a colonização não é responsável por tudo. As fomes existiam antes; a corrupção não data da colonização europeia. [...] Sem que tenha sido a sua vontade expressa, a colonização ocidental foi mesmo ocasião para alguns avanços técnicos, políticos e ou culturais, como acontece nos contactos entre civilizações. Em numerosos domínios, a África do Sul continua a viver do que adquiriu nessa altura. Se a colonização parou o desenvolvimento dos colonizados, em todo o caso não gerou o seu declínio anterior. (Memmi, 2004: 45)

Béji, que defende que o descolonizado poderia ter achado numa certa modernidade europeia as ferramentas para a sua emancipação, constata que este preferiu regredir, fechar-se sobre si, agarrar-se à sua religião, à sua cultura, mais uma vez parada num passado idealizado. O «descolonizado» evitaria questionar-se, questionar as suas responsabilidades, preferindo acusar o Ocidente dos seus males: «Enquanto o Ocidente nos parecer ser sempre a causa de todos os nossos males, nada de grande nem de nobre sairá de nós» (Béji, 2008: 116). Ter-se-á notado esta inclusão sempre totalitária de todos os indivíduos e de todas as tradições no lado do negativo: «É preciso reconhecê-lo, tudo o que saiu da nossa identidade foi factor

político de tirania. [...] Os nossos costumes não trouxeram mais humanidade ao mundo.» (Béji, 2008: 117)

Como se constata aqui, o essencialismo, traço importante do Texto, estrutura as ocorrências, e atinge cada um dos polos. Assim, a Europa é antes de mais a que tem sido produzida e representada como *locus* da modernidade, dos Direitos Humanos, da Liberdade, das Luzes, nunca a Europa que para chegar a tal representação de si teve de passar por vários processos de erradicação das suas próprias alteridades. Para Mudimbe, a conceção de uma História hegemónica que favoreceu a separação entre nós e eles, entre o civilizado e o primitivo, traduz a incapacidade, por parte de muitos, de pensarem o implícito, o quase impensado da civilização ocidental hegemónica, ou seja, a presença *aqui* de outras racionalidades pouco ou nada conhecidas, porque foram produzidas como não existentes (Mudimbe, 1988: 190). Encarado deste modo, o polo positivo só adquire significado quando contraposto a um polo negativo marcado por um processo de essencialização semelhante.⁸ A violência pós-colonial, marca de negatividade de predileção para os três autores, não precisa nesta perspetiva de explicação aprofundada, pois parece surgir do interior (da cultura pré-colonial, da religião, de uma tendência intrínseca): «Talvez esta obstinação na violência seja a prova da nossa socialização insuficiente, da *nossa animalidade intrínseca*.» (Memmi, 2004: 91; sublinhado meu).

É certo que o mesmo Memmi reconhece, *en passant* mais uma vez, uma certa responsabilidade do Estado-nação importado, herança do colonialismo, mas prefere atribuir as causas do fracasso aos potentados locais, sem uma palavra sobre o modelo do potentado (o administrador colonial), sobre as ligações entre alguns potentados e ex-poderes coloniais (ou seja, o neocolonialismo), sobre a eliminação de dirigentes alternativos, com a indiscutível participação das antigas potências coloniais nalguns casos (Lumumba e Sankara, por exemplo). Como já referi há pouco, o recurso a este tipo de dispositivos retóricos contém necessariamente as suas próprias contradições. No caso de Memmi, elas surgem quando, ao tentar demonstrar as razões internas do arbitrário e da violência, estabelece, sem apro-

⁸Béji proporciona um paradigma da complementaridade entre os polos quando, no final do seu ensaio, opõe simetricamente os «Ocidentais» a «Nós»: «Eles» são racionais enquanto «Nós» somos emotivos, são eficazes (porque são racionais) enquanto nós somos ineficazes (porque somos irracionais), são trabalhadores e dedicados, enquanto nós somos preguiçosos, etc. (Béji, 2008: 209-212). O corolário em Béji é a quase declaração de amor por esse Ocidente sonhado: «Há que ser honesto. Há que reconhecer, a vossa humanidade, europeus, é a vossa consciência profissional, o vosso amor pelo trabalho bem feito, a vossa eficácia na urgência. Aparentemente, é mais fria, mas, na realidade, é mil vezes de maior confiança. Entre nós, ela é calorosa, mas, no final de contas, é desastrosa.» (Béji, 2008: 209)

fundar e para logo a seguir voltar à sua linha de pensamento central, uma continuidade entre a lei da colónia e a do Estado pós-colonial: «Eis que o direito colonial, tendo sido abolido, não foi realmente substituído» (Memmi, 2004: 99). E, um pouco mais à frente, acrescenta: «Os presidentes das novas repúblicas imitam em geral o poder colonial no que este tem de mais arbitrário.» (Memmi, 2004: 100)

Eis em suma o que o Texto diz das razões do fracasso do Estado pós-colonial. O verbo «dizer» importa aqui, pois o Texto, se diz, não explicita, não fundamenta as suas observações, limita-se a recuperar e reproduzir as imagens *sempre já* disponíveis no armazém do Texto. O campo semântico que se foi construindo em torno do Estado pós-colonial visa sobretudo, como referi a abrir, fechar o objeto de estudo numa moldura estanque e imóvel. É o que faz Smith de maneira paradigmática: numa página, cinco vocábulos e expressões constituem este campo semântico – «*dégringolade*», «*mécanique du malheur*», «*échec*», «*cataclysm quasi général*» ou ainda «*débâcle*» do Estado pós-colonial (Smith, 2003: 51) – para descrever o que ele considera um fenómeno comum a todos os países do continente (daí a irrelevância da análise pormenorizada de caso, pois o que é dito sobre um vale para o todo).

O Texto não para assim de produzir ocorrências, de (re)atualizar a sua reserva de imagens em suportes diversos. Dediquei alguma atenção ao ensaio, mas é sabida a disposição do Texto para se adaptar não só a outras práticas literárias como a outros tipos de discursos, como tentei demonstrar com a análise da reportagem sobre o Haiti.⁹ O Texto continua a proliferar, em palavras e imagens, e, enquanto discurso naturalizado e difundido em todas as camadas sociais, tornou-se extremamente difícil substituí-lo por representações mais matizadas, articuladas e informadas junto do senso comum.

Por fim, é conhecida a disponibilidade destas imagens e representações independentemente do seu lugar de enunciação, ou seja, atualizam-se, propagam-se, naturalizam-se tanto em Paris e Bruxelas como em Lisboa. No caso português, a (re)produção de imagens e estereótipos insere-se no contexto de uma produção discursiva importante que visava convencer todos os quadrantes da sociedade da

⁹Entre os teóricos pós-coloniais, Quayson (2005) foi dos poucos a indicar novos caminhos para entender como o Texto (tanto o orientalismo como o africanismo) conseguia propagar e naturalizar o seu conteúdo junto de um público cada vez maior. No seu ensaio, analisa pormenorizadamente o conteúdo ideológico de um episódio da série *X-Files*, claramente recetáculo e sobretudo amplificador, dado o seu sucesso, das determinações do Texto. Outras séries de sucesso como *24 hours* ou *The Unit* não escondem um racismo cultural do qual a essência «mundo árabe» é o principal alvo. Como dizia acima, analisá-las tornou-se tão ou talvez ainda mais importante do que analisar obras literárias portadoras da mesma carga ideológica.

importância do colonialismo para a nação. Alexandre (1995), Calafate Ribeiro (2004), Castro Henriques (2004) e Rosas (1995) evidenciaram a existência de um Texto com especificidades *sui generis*, um Texto que servia sobretudo para agregar a nação em torno de um projeto e que, apesar das suas pretensões, muitas vezes pouco ou nada tinha a ver com as realidades da ocupação portuguesa de partes de África. Verifica-se nos textos académicos citados a proliferação de termos que remetem para um colonialismo encarado como representação, como Grande Narrativa com pretensão holística, mais do que para uma prática social. Alexandre insiste no papel central de dois mitos (o mito do Eldorado e o da herança sagrada) para apontar para a especificidade do imperialismo português, enquanto Rosas prefere falar do «paradigma ideológico colonial» ou, no mesmo artigo, de «largo investimento ideológico» do regime no desenvolvimento e na sedimentação da «consciência colonial». Qualquer que seja o termo escolhido (mito ou ideologia), e apesar das suas *nuances* lexicais, ambos acarretam uma pretensão totalitária ou holística, ou seja, apresentam-se como narrações cujo objetivo é não só dizer toda a realidade como substituir-se a ela e assim oferecer uma descrição sublimada das ocupações coloniais. Margarida Calafate Ribeiro fala a este propósito de «discurso político ficcional, esquizofrenicamente desproporcionado quando comparado com a realidade descrita» (2004: 164).

À semelhança do que se verificou noutras metrópoles, esta Grande Narrativa reificou-se num sem número de suportes de origem diversa de maneira a popularizar-se (e, sobretudo, a naturalizar-se): manuais escolares, canções, cinema, literatura, exposições coloniais. Rosas sublinhou o desfasamento completo entre este «investimento ideológico» por parte do Estado Novo, que assim celebra as suas realizações coloniais, e «o real desinvestimento económico público no ultramar até ao fim da II Guerra Mundial» (1995: 28). O que aqui importa não são tanto a história e as especificidades do colonialismo português, mas antes a existência de um Texto que, por um lado, como mostrou em pormenor Isabel Castro Henriques, partilha certos aspetos com os seus homólogos francês e belga¹⁰ e que, por outro, por se tratar de

¹⁰ Entres os pontos comuns aos Textos português, francês e belga, destaco o que Castro Henriques chamou de mito da superioridade do homem branco e da consequente inferioridade do Negro. «O primeiro detém o progresso, o conhecimento, a História, a razão, a capacidade de previsão e de organização, ao passo que o segundo, que é naturalmente feio, se mantém dissolvido na natureza sendo por isso passivo e adormecido. A sua selvajaria não lhe permite organizar nem religião, nem formas políticas, nem História» (2004: 51). Ter-se-á notado a permanência do mito em ocorrências como as de Smith e de Memmi e, claro, no discurso de Dakar do ex-Presidente Sarkozy.

uma ideologia tão profundamente enraizada, se manteve em parte no Portugal pós-colonial. Castro Henriques não hesitou em afirmar a este propósito:

A insensibilidade portuguesa – como aliás europeia – que não pode deixar de surpreender, deve-se a um preconceito que não está ainda morto na sociedade portuguesa contemporânea: os africanos são naturalmente escravos e estão naturalmente destinados a ser servidores dos brancos, e dos portugueses em particular. A violência do preconceito, reforçado pelo inventário dos caracteres somáticos (cor da pele, tipo de cabelo, odor e maneira de falar), ainda não abandonou a sociedade portuguesa, explicando a marginalização violenta a que estão votadas as comunidades migrantes africanas. (Castro Henriques, 2004: 28)

Como vemos, as ocorrências analisadas não enriquecem o Texto, não trazem novas imagens, limitam-se a retomar/repetir o dispositivo *sempre já* disponível; daí, sem dúvida, a sensação de monotonia na leitura de cada ocorrência, mas é esta retoma que contribui justamente para a força do Texto. O seu enraizamento na episteme ocidental, a sua repetição numa multiplicidade de suportes, a sua *naturalização* junto de um público alargado, explicam em grande parte a sua permanência. Como qualquer outra ideologia, o Texto adapta-se às suas ocorrências e cada uma destas é ao mesmo tempo recetáculo e amplificadora de ideologia. Já em 1952, Fanon verificava a dificuldade de combater a representação desvalorizante do negro, mesmo quando se utilizava a arma da razão. Explicava o fracasso da tentativa por causa justamente do poder da representação do(s) Outro(s), reduzido(s) a um cenário numa História contada por e para o mesmo europeu, ou a uma narrativa da qual aquele não é o sujeito nem o autor: «Haverá sempre um mundo – branco – entre vocês e nós... Esta impossibilidade para o outro [ou seja o Branco] de liquidar de uma vez por todas o passado.» (Fanon, 1952: 98)

As várias denominações que têm sido utilizadas nas análises teóricas pós-coloniais (impregnação, pessoalidade colonial, colonialidade do ser) apontam para a *naturalização* por parte do senso comum das características do Texto. É provável que nenhum dos elementos que aponte tenha por si só o poder de impor o Texto junto do senso comum. É por constituírem uma teia ou uma rede de significados que os discursos em questão não só fizeram do Texto o que ele é hoje como facilitaram a sua natural e automática reprodução. A sua eficácia deve-se em grande parte, por um lado, à disponibilidade imediata das suas representações e, por outro, graças ao recurso permanente à metonímia, à sua faculdade de adaptação a con-

textos diferentes. Assim, as razões do Estado dito falhado valem tanto para qualquer país da África central como para o Haiti. O poder de persuasão do Texto deve-se também ao número reduzido e à simplicidade das suas explicações. Com Béji, Memmi e Smith é de facto «fácil» entender as razões da violência pós-colonial, do fracasso do Estado, das suas crises sociais e económicas. Simplicidade Adaptabilidade Disponibilidade (SAD), três termos que explicam não só a permanência do Texto como também a dificuldade, não em propor, mas em fazer ouvir outros discursos, que, embora disponíveis, são muito mais complexos do que os ensaios curtos de uma Béji ou de um Memmi. Frente a esta estrutura, frente ao Texto, existem certamente outras vozes (e.g. Mabeko-Tali, Mamdani, M'Bokolo, Ki-Zerbo) que propõem narrativas alternativas, mais matizadas, com todas as garantias de rigor científico, mas a complexidade das suas obras dificilmente lhes permite competir com o SAD do Texto, e muito menos desarticulá-lo.

Referências bibliográficas

- Alexandre, Valentim (1995), «A África no imaginário político português (séculos XIX-XX)», *Penélope*, 15, 39-52.
- Balibar, Étienne; Wallerstein, Immanuel (1997), *Race, Nation, Classe. Les identités ambiguës*. Paris: La Découverte.
- Béji, Hélé (2008), *Nous, décolonisés*. Paris: Arléa.
- Blanchard, Pascal (2007), «Histoire coloniale: la nouvelle guerre des mémoires», *Cultures Sud: Retours sur la question coloniale*, 165, avril-juin, 35-40.
- Fanon, Frantz (1952), *Peau noire, masques blancs*. Paris: Le Seuil.
- Henriques, Isabel Castro (2004), *Os pilares da diferença: relações Portugal-África. Séculos XV-XX*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Hugon, Philippe (2006), *Géopolitique de l'Afrique*. Paris: Armand Colin.
- Memmi, Albert (2004), *Portrait du décolonisé*. Paris: Gallimard.
- Milmo, Cahal (2007), «Fury at DNA pioneer's theory: African are less intelligent than Westerners», *The Independent*, 17 de outubro (<http://www.independent.co.uk/news/science/fury-at-dna-pioneers-theory-africans-are-less-intelligent-than-westerners-394898.html>). Acedido a 2 de fevereiro de 2014.
- Mudimbe, V.Y. (1988), *The invention of Africa. Gnosis, Philosophy and the Order of Knowledge*. Bloomington & London: Indiana University Press & James Currey.

- Quayson, Ato (2005), «Postcolonialism and Postmodernism», in Henry Schwarz; Sangeeta Ray (orgs.), *A Companion to Postcolonial Studies*. Oxford: Blackwell Publishing, 87-109.
- Ribeiro, Margarida Calafate (2004), *Uma história de regressos. Império, Guerra Colonial e pós-colonialismo*. Porto: Afrontamento.
- Rosas, Fernando (1995), «Estado novo, império e ideologia imperial», *Revista de História das Ideias*, 17, 19-32.
- Said, Edward (2004), *Orientalismo*. Trad. Pedro Serra. Lisboa: Cotovia.
- Santos, Boaventura de Sousa (2000), *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*. Porto: Afrontamento.
- Schurmans, Fabrice (2009), «De Hannah Arendt a Nicolas Sarkozy: leitura pós-colonial do discurso africanista», *e-cadernos CES*, 2, (<http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/pages/pt/indice.php>).
- Schurmans, Fabrice (2010a), «O esquecimento da complexidade e a memória da essência: Hútu e Tutsi na literatura colonial», in Fernanda Mota Alves et al. (orgs.), *Filologia, Memória e Esquecimento*. Famalicão: Húmus: 657-72.
- Schurmans, Fabrice (2010b), «O genocídio do Ruanda no cinema: ausência, representação, manipulação», *Oficina do CES*, 336 (<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/336/336.pdf>)
- Schurmans, Fabrice (2014), *O Trágico do Estado pós-colonial. Pius Ngandu Nkashama, Sony Labou Tansi, Pepetela*. Coimbra: Almedina.
- Smith, Stephen (2003), *Négrologie. Pourquoi l'Afrique meurt*. Paris: Hachette Littératures.

Título: GEOMETRIAS DA MEMÓRIA: CONFIGURAÇÕES PÓS-COLONIAIS

Organizadores: António Sousa Ribeiro e Margarida Calafate Ribeiro

© 2016, Edições Afrontamento e Autores

Capa: Departamento gráfico | Edições Afrontamento

Edição: Edições Afrontamento, Lda

Rua Costa Cabral, 859 – 4200-225 Porto

www.edicoesafrontamento.pt/comercial@edicoesafrontamento.pt

memoirs.ces.uc.pt Centro de Estudos Sociais | Universidade de Coimbra

Colégio da Graça | Rua da Sofia, n.º 136

Apartado 3087 | 3000-995 Coimbra | Portugal

T: +351 239 855 570 | F: + 351 239 855 589 | memoirs@ces.uc.pt

ISBN: 978-972-36-1525-8

Colecção: Memoirs – Filhos de Império | 1

Depósito legal: 418142/16

N.º edição: 1746

Impressão e acabamento: Rainho & Neves, Lda./Santa Maria da Feira
geral@rainhoeneves.pt

Distribuição: Companhia das Artes – Livros e Distribuição, Lda.
Comercial@companhiadasartes.pt

Novembro de 2016